

Do todos iguais ao um por um

Oscar Zack

*O espetáculo não é um conjunto de imagens,
mas uma relação social entre as pessoas
mediatizadas pelas imagens.*
Guy Debord (1967)

No fim da década de 60, mais precisamente um ano antes do maio francês, apareceu publicado um texto, *A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord¹, que antecipa não apenas os acontecimentos de maio de 68, mas se constitui num texto no qual se pode ler quase uma antecipação dos tempos atuais. Tempos em que a modernidade se transforma em um espetáculo caracterizado por um traço: tudo se dá a ver. É uma análise da sociedade do espetáculo que antecipa nossa atual sociedade do espetáculo.

A crise dessa época foi marcada por uma suposta busca de liberdade, por questionamentos de ideais supostamente burgueses e ruptura com certas tradições do capitalismo da época. Na busca também por uma ilusória revolução social mesclada com a liberação sexual, ela foi caracterizada, por Lacan, como um movimento no qual os jovens desse tempo, em seus protestos contra a opressão do mestre, no fundo buscavam outro mestre. Essa foi uma sentença oracular de Lacan. Se quisermos dizer assim, era uma revolta que tentava colocar em questão certas identificações que a sociedade daquele tempo propunha como ideais.

Porém, como pensar os movimentos contestatários atuais, que não apenas acompanham, mas que são consequências do declínio e da deflação do Nome-do-Pai?

Esses movimentos foram abrindo as portas para o advento de novos laços, questionadores de certas identificações tradicionais, ao mesmo tempo em que foram

promovendo uma conformação de laços sustentados em identificações mais lúbeis. Assim, foi se constituindo um conjunto de novas comunidades, novas comunidades de gozo, que adquiriram uma nova denominação, a saber: as tribos urbanas.

As atuais tribos urbanas se constituem a partir do comparecimento de formas estéticas que se sustentam em identificações inconsistentes e líquidas. A suposta identidade grupal, a ilusão de *todos iguais*, denuncia a fragilidade das identificações subjetivas que os sujeitos das tribos possuem para se sustentarem no mundo atual.

É indubitável que se destacamos a questão estética, podemos captar que se trata de uma estética que solicita o olhar e que responde a uma uniformidade na qual busca se sustentar certa identidade. É uma tentativa de resposta que esses jovens pretendem dar ao mal-estar contemporâneo da época.

Não é demais lembrar que, entre outras coisas, nossa época se caracteriza por um crescente fenômeno de globalização. Fenômeno que, a partir do uso da Internet, permite conectar simultaneamente os membros de uma tribo com outros localizados em qualquer lugar do planeta. Esse fenômeno se desdobra em um contexto político-ideológico que promove essas formas de gozo.

Assim, as distintas expressões desse desvario de gozo adquirem certa legalidade a partir do agrupamento dos pares em tribos. Forma hipermoderna de inscrever sua presença nas sociedades atuais. É uma expressão paradigmática da sentença de La Rochefoucauld: "o eu é o outro"; é um modo de se agrupar junto a outros na suposta segurança que lhes promove pregnância imaginária.

A massificação dá lugar à individualização subjetiva, o *todos* no lugar da *diferença*. Frente aos chamados da identificação que toda estrutura subjetiva demanda, os sujeitos quase-desidentificados encontram no seu

pertencimento à tribo uma resposta imaginária que lhes permitirá transitar pelo caminho de alguma segurança subjetiva, sendo ao mesmo tempo uma pseudo-expressão de protesto que responde à queda dos ideais.

Poder-se-ia dizer: a identificação líquida encontra uma resposta na busca de uma pseudo-identidade sólida, identificação que, por um tempo, funciona como tal. No seminário proferido por Éric Laurent, *Patologías de la identificación en los lazos familiares y sociales*, ao descrever como a grande paixão narcisista arruinou a paixão simbólica e como a modernidade buscou sua restauração a partir do retorno da religião em uma época que mostra a fragilidade das crenças, ele diz: "(...) não é tanto a paixão narcisista que domina o I de (A), mas o a desvelado como tal, desvelado por esse esforço de dissolução das identificações. Os véus caem, e então temos a subida ao zênite do objeto a e não apenas de crenças de baixo nível, mas de festas de alto nível: compulsões a gozar que se impõem numa tirania do supereu contra a qual o sujeito dessa época está mal armado. Ele tem poucos significantes mestres para se orientar; sua relação com a religião que se quer restaurar é débil, não consegue modificar seus maus costumes, sua adição ao gozo com seus pequenos rituais e violência, a adição sem nenhum respeito pela lei"².

Porém, alcançado esse ponto, cabe lembrar que o conceito de identificação possui na literatura analítica um extenso e vasto desenvolvimento, tanto nas considerações freudianas como no ensino de Lacan.

Podemos localizar, se estamos referenciados em Freud, como já em suas primeiras conceituações, ele utiliza esse conceito para dar conta, entre outros, dos fenômenos da histeria. Nessa direção, o processo de identificação descreve fenômenos vinculados ao *pathos* do sujeito. Posteriormente, na medida em que Freud vai avançando na construção do corpo doutrinário da psicanálise, o conceito

de identificação vai ocupando um lugar relevante, de tal forma que se constitui em um processo inevitável e estrutural da constituição subjetiva.

No curso proferido por Jacques-Alain Miller e Éric Laurent, *El Otro que no existe y sus comités de ética*³, são apresentados os efeitos do declínio, da decadência da função do ideal e como, por efeito dessa decadência, se constata a promoção do objeto a como mais-de-gozar. De tal forma se vai constituindo, como J.-A. Miller⁴ assinalou em Comandatuba, a ditadura do objeto a. A ditadura do objeto a é o que faz romper o matrimônio, dispersa a família, modifica os corpos, produzindo um conjunto de sujeitos desbussolados. Essa descrição é o efeito das vacilações subjetivas em que vivem os sujeitos frente à carência de significantes mestres consistentes. As crises contemporâneas da identificação conduzem tanto a uma diversidade de identificações imaginárias quanto simbólicas.

No seminário 24, *L' Insu*, na aula "As identificações", Lacan⁵ sustenta que a identificação é o que se cristaliza em uma identidade e faz referência a seu seminário sobre a identificação, lembrando que, para Freud⁶, há pelo menos três modos de identificação: uma, para a qual ele reserva não se sabe bem porque a qualificação de amor (é a identificação ao pai); outra, uma identificação feita de participação, que ele evidencia como a identificação histórica; e depois a que ele articula a um traço, o traço unário. O traço unário nos interessa porque "não tem especialmente que ver com uma pessoa amada. Uma pessoa pode ser indiferente e, no entanto, um de seus traços será eleito como constituindo a base de uma identificação. É assim como Freud crê poder dar conta da identificação ao bigode do Führer o que, como todos sabem, desempenhou um grande papel".

A partir dessas considerações, Lacan avança em sua reflexão para infundir uma pergunta transcendente em nossa comunidade: a que alguém se identifica no final de análise? Essa pergunta abre uma perspectiva muito importante que permite captar que se trata, em uma análise, de um processo de desidentificação. Porém, para não acabar um tanto louco, trata-se de ancorar a subjetividade desidentificada em alguma identificação que não responda à lógica da neurose, mas à sua resolução. Nesse mesmo seminário, Lacan também se pergunta se alguém se identifica ao inconsciente, descartando completamente tal possibilidade. O sentido que ele dá aqui ao inconsciente é o de situá-lo nesse Outro portador dos significantes de onde se tiram "os fios do que se chama imprudentemente o sujeito - imprudentemente porque aí se coloca a questão do que é esse sujeito desde que ele depende tão inteiramente do Outro".

Trata-se, como podemos captar, do sujeito assujeitado. Ou dito de outra forma, é preciso dizer que se trata das identificações a partir das quais o sujeito se governa e é governado. Frente a essa encruzilhada, Lacan propõe a identificação ao sintoma (*sinthoma*). Isso quer dizer *saber fazer com*, saber se virar com ele, manipulá-lo. Saber fazer aí com seu sintoma: esse é o final de análise. No final de análise, o sujeito experimentou a queda de suas identificações, porém essa experiência não o constitui como um soneto desidentificado; a certeza do final é a solução que ele encontra.

Porém, Lacan nos lembra: isso é limitado.

Nesse ponto a perspectiva indicada por Lacan vai inclinando-se para o que se pode esperar do final de análise, a identificação ao *sinthoma*, para qual é preciso acrescentar: fazer-se um nome próprio.

Evoco aqui um desenvolvimento realizado por Wolfgang Wieland em seu livro *La razón y su praxis*⁷, onde assinala que construir um nome próprio é uma coisa que singulariza.

O autor, a partir de sua perspectiva filosófica, afirma que se pode sustentar a suspeita de que, sobre um indivíduo, é possível expressar infinitos enunciados verdadeiros já que, por mais que forem predicções, o indivíduo não pode ser nunca apreendido de modo tão exaustivo que não sejam pensáveis outras possíveis predicções. No discurso sobre o sujeito não há uma predicção última e conclusiva.

Para precisar o conceito de indivíduo, o autor sustenta que o sujeito precisa ser separado e distinguido de seus semelhantes. Como podemos captar, há um esforço para ressaltar o singular de cada um. Ele nos assinala que, para a identificação de um sujeito cumprir sua função, pelo menos duas condições precisam ser satisfeitas. Em primeiro lugar, a atribuição de um nome ao indivíduo deve ter uma estabilidade tal que exclua a possibilidade de que o nome se torne independente do portador, que se designa por meio dele. Um nome capaz de funcionar como tal não pode levar uma vida própria independente. No entanto, se isso ocorre eventualmente, então as experiências correspondentes deveriam, precisamente, advertir sobre a necessidade de um cuidado especial em seu trato com os nomes. Essa observação não é um detalhe insignificante. Lacan chamou a atenção sobre isso ao assinalar o erro imperdoável que implica trocar o nome de uma mulher.

Em segundo lugar, os nomes devem ser sempre, em sua relação recíproca, distinguíveis de um modo suficientemente unívoco para que sua identificação como nome não coloque, por sua vez, problemas. Um nome perde sua potência identificadora precisamente na medida em que ele mesmo solicite, por sua vez, uma identificação.

Fica clara a diferença instituída entre as identificações alienantes do sujeito e a identificação que se alcança a partir do nome próprio. Assim, ele sustenta

que o que habitualmente se entende por identidade de uma pessoa está conectado de modo estrito com o nome dela.

Chegamos assim ao ponto de articulação entre identidade e nome próprio. Dar nome, nomear, é sem qualquer dúvida um ato. O ato de dar nome, como ato de identificação pessoal, está inserido, em muitas culturas, em rituais especiais que devem, ao mesmo tempo, garantir a irreversibilidade de tal ato. Porém, pode ocorrer o caso em que a identificação de um indivíduo não é realizada por uma instância diferente dele, mas por esse mesmo indivíduo. Isso é possível porque existem seres que não apenas são indivíduos e podem ser identificados como tais, mas que, além disso, possuem a capacidade de compreenderem a si mesmos como indivíduos. Somente uma pequeníssima parte dos seres que podem ser identificados como indivíduos possui essa capacidade de auto-identificação. Uma identificação, mas também uma auto-identificação, não se esgota, sob condições reais, em ser um ato pontual vazio de conteúdo. O ato pontual dispõe, em todo caso, o arcabouço formal para a identificação. Porém, sob condições reais, toda identificação apresenta, além disso, um elemento de conteúdo, visto que se identifica sempre alguém como alguém, ou algo como algo.

Um sujeito que advém à construção de seu nome próprio sempre tem alguma referência a determinados conteúdos que dão consistência a esse nome próprio, que nós chamamos nome de gozo.

Voltando a Wieland, ele situa que, apenas quando a identidade está assegurada no tempo, é possível imputar a um indivíduo seu comportamento no passado como sendo próprio. E somente sob essa condição um indivíduo pode ser obrigado e se obrigar a determinadas ações futuras. A auto-identificação de um indivíduo somente pode se manifestar em ações e através delas.

Para concluir: o advento da construção de um nome próprio é o efeito da desconstrução do nome comum que provém do Nome-do-Pai. Assim, o nome próprio se constitui num significante mestre que é o resultado de um percurso que costuma ir da desidentificação dos S_1 provenientes do campo do Outro à construção do nome que se articula a uma inovadora e singular maneira de se identificar. O nome próprio pode ser considerado como o paradigma da identificação não alienada do sujeito.

Essa será a oferta do discurso analítico como saída do impasse ao qual o discurso capitalista empurra o sujeito. Essa é a melhor resposta, a mais digna, aos chamados à identificação.

Tradução: *Maria Angela Maia*

¹ Debord, G. (2003[1967]). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto editora.

² Laurent, É. (2007). *Patologías de la identificación en los lazos familiares y sociales*. Buenos Aires: Grama Editorial, p. 38.

³ Miller, J.-A. & Laurent, É. (2005[1996-1997]). *El Otro que no existe y sus comités de ética*. Buenos Aires: Paidós.

⁴ Miller, J.-A. (2005). "Uma fantasia". In: *Opção Lacaniana - Revista Brasileira Internacional de Psicanálise* (42). São Paulo: Edições Eolia.

⁵ Lacan, J. ([1976-1977]). *Le séminaire, livre 24: l'insu que sait de l'une-bévue s'aïlle a mourre*. Seminário inédito, aula de 16/11/1976.

⁶ Freud, S. (1989[1921]). "Psicologia de las masas y analisis del yo". In: *Obras Completas*, vol. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu editores.

⁷ Wieland, W. (1991). *La razón y su praxis: cuatro ensayos filosóficos*. Buenos Aires: Editorial Biblos.